

mpereira@globo.com.br

CARLOS ALBERTO SARDENBERG



Muita gente acha que basta eliminar a corrupção e lucros excessivos das empresas. Infelizmente não é assim

A conta vai para o povo

Que tal um aumento de 15% na conta de luz a partir da semana que vem? Pois é o que os consumidores do Paraná deveriam pagar se o reajuste não tivesse sido cancelado pelo governador do Estado, Beto Richa. A rigor, ele não poderia fazer isso, mesmo sendo uma estatal estadual a principal distribuidora de energia, a Copel. A empresa é pública, tem ações negociadas na Bovespa e o reajuste foi determinado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), conforme a estrita regra do jogo. Mas, sabe como é, 15% na conta de luz quando os manifestantes contra as tarifas de ônibus nem voltaram para casa? Conversa daqui e dali, todo mundo quebrou o galho. A Aneel não poderia revogar a nova tarifa, mas topou suspender seu “efeito financeiro”, eufemismo para cobrança. A empresa, cujas ações despencaram quando saiu essa notícia, garantiu ao mercado que será ressarcida de algum modo, não sabendo quando, nem como.

Acontece que os custos da Copel efetivamente subiram – e não por culpa dela. A inflação fez uma parte do estrago, mas o custo maior veio da compra de energia mais cara. Foi o seguinte: choveu pouco, os reservatórios das hidrelétricas ficaram em níveis muito baixos e Operador Nacional do Sistema, órgão federal que administra o setor, mandou ligar as usinas térmicas, movidas a carvão, diesel e gás, cujo produto é mais caro.

Em resumo, por causa da seca, a



energia elétrica ficou mais cara no Brasil – e isso logo depois de a presidente Dilma ter feito a maior propaganda com a redução que havia imposto nas contas de luz. Deu a maior confusão, uma sucessão de prejuízos: as hidrelétricas não puderam gerar, mas tinham que entregar energia, por contrato; distribuidoras tiveram que pagar mais caro. A conta deveria ir para os consumidores, mas a presidente não queria. Assim, inicialmente, arrumaram um arranjo financeiro, com prejuízos para geradoras e distribuidoras, mas uma hora a conta deveria ser passada aos consumidores finais, empresas e residências.

As pessoas estão certas na sua bronca: pagam caro (nas tarifas e nos impostos) por serviços ruins

Era agora. Além da Copel, nada menos que 17 distribuidoras, divididas por 13 Estados, têm reajustes agendados no calendário oficial da Aneel para julho e agosto. (A Light, só em 7 de novembro). O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, estatal federal que planeja o setor, Mauricio Tomalsquim, disse que não há orientação do governo para suspender os aumentos tarifários. Ou seja, a Aneel continuaria a formalizar os reajustes.

Mas ninguém acredita que serão aplicados, ainda mais depois do precedente da Copel. Caímos assim em um caso clássico: tarifas congeladas por razões políticas, mas custos em alta por causa da inflação e de falhas do sistema. Se continuar assim, a consequência também é clássica: param os investimentos e o serviço piora.

Os governos – federal e estaduais – podem assumir parte da conta, deixando de recolher os impostos. O maior imposto na conta de luz é o ICMS, estadual. (Nada menos que

29% no Paraná, por exemplo).

Acontece que os governos também estão sob pressão popular para, numa ponta, aumentar gasto em transporte, educação e saúde, e na outra, reduzir impostos.

Muita gente acha que basta eliminar a corrupção e lucros excessivos das empresas para que todos os objetivos sejam alcançados. Infelizmente não é assim. Há corrupção, certamente, e deve haver gorduras em muitas tarifas de diversos setores, mas o problema maior é a falta de investimentos e de produtividade. Ou seja, é preciso colocar dinheiro novo em todo o setor de infraestrutura.

O governo federal e muitos estaduais decidiram-se pelas privatizações exatamente em busca de capital e eficiência. Mas é claro que o setor privado vai agora pensar muito antes de entrar em qualquer negócio, considerando a pressão popular e política contras as tarifas – a receita do setor.

Eis a difícil situação em que estamos nos metendo. As pessoas estão certas na sua bronca: pagam caro (nas tarifas e nos impostos) por serviços ruins. Não aconteceu por acaso, mas por anos de gestão pública ruim – com gastos elevados em custeio, pessoal e previdência e muito baixos em investimentos, sem abertura de espaço para o investimento privado.

Acrescente a inflação que o governo federal deixou escapar e o problema, para ficar completo, só falta o festival de gastos que o Congresso está preparando. Derrubar tarifas é politicamente inevitável. Mas do jeito que está sendo feito, vai levar a mais déficit público, juros maiores, mais inflação e menos crescimento. Ou seja, a conta vai de novo para o povo.

INTEGRAÇÃO COM O RIO

Portos preparam ligação com ferrovia

Estudo que viabiliza conexão com terminais de Linhares e Kennedy será apresentado hoje

/// RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

Representantes do governo estadual e dirigentes do Porto de Manabi (Linhares) e Porto Central (Presidente Kennedy) entregam hoje à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) projetos que viabilizam a conexão dos terminais portuários com a estrada de ferro EF 118, que ligará o Espírito Santo ao Rio de Janeiro.

Os dirigentes do órgão regulador recebe-

rão ainda estudos preliminares com a sugestão de traçado para a extensão do ramal ferroviário até Linhares.

Os planos preliminares da ligação de Vila Velha com o Rio e também com o Norte do Espírito Santo serão apresentados à sociedade civil capixaba na tarde de amanhã. A reunião participativa, coordenada pela ANTT, acontece no Hotel Ilha do Boi, em Vitória, das 14 às 18 horas.

O objetivo do encontro, de acordo com a agência, é reunir contribuições e informações adicionais para discussão dos estudos preliminares que irão direcio-

nar a concessão do trecho ferroviário. A audiência pública deverá ser realizada em agosto.

ALTERNATIVAS

O subsecretário de Logística de Transportes, Valdir Uliana, que representará o governo estadual hoje em Brasília, disse não ter ainda conhecimento de todo o traçado da ferrovia que irá até Linhares.

Uma das alternativas, explica, seria sair de Cariacica, passando próximo ao Contorno do Mestre Álvaro, subindo à esquerda da BR 101, passando por Aracruz, até chegar a Linhares. Outra opção seria a de

conectar com a Estrada de Ferro Vitória a Minas na altura de Ibiraçu.

A ferrovia, lembra Uliana, tem possibilidade real de implantação porque, praticamente, não há risco para o investidor. O modelo de concessão, explicou, tem garantia de financiamento do BNDES e quando a ferrovia estiver implantada toda a sua capacidade será comprada pela Valec.

O governador Renato Casagrande destacou a importância para o Espírito Santo da construção do modal, que vai garantir a ligação do Estado com o Brasil pela conexão ferroviária. “Luto por essa ferrovia des-

de quando era senador e vemos hoje que essa luta está virando realidade”.

O modelo que o governo federal está propondo para licitar a ferrovia à iniciativa privada é um modelo bom e deve atrair o interesse de muitos investidores, pondera Casagrande. “Estamos com expectativa muito positiva com relação a essa ferrovia porque essa linha vai integrar o Espírito Santo à malha ferroviária nacional”, destacou.

A proposta inicial seria a ligação do Espírito Santo com o Rio de Janeiro. Entretanto, com o projeto da Petrobras, de implantação do polo gás-químico em

Linhares, o governo federal demonstrou interesse em expandir a linha ferroviária até o Norte do Estado, fazendo com que a ferrovia chegue até o polo.

Isso porque haverá necessidade de uso da ferrovia para transportar para o Centro-Oeste brasileiro, a principal região produtora de grãos do país, a maior parte do fertilizante que será produzido no polo gás-químico.

O custo de implantação do trecho da ferrovia que fará a ligação do Espírito Santo com o Rio (Vila Velha a Campos) está estimado em R\$ 6 bilhões, informou Uliana.